ANAIS

III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS

III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS

III CEPIAL
CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA
Semeando Novos Rumos

Eixo 5

"MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA"

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais
EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporaneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.
Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)
Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)
Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)
German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS **(autor(es/as): Ana Carolina Rosseto Rossetti)**
AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? **(autor(es/as): ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS)**
INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). **(autor(es/as): Isabel Jurema Grimm)**

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva.Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)
Milena Rincon Castellanos: Pontifícia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)
Izes Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)
Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica **(autor(es/as): Adriana Ramos dos Santos)**
Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. **(autor(es/as): Aline Dornelles Madrid)**
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONIFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISO – SC **(autor(es/as): Amanda Bellettini Munari)**
OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA **(autor(es/as): ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA)**
DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável **(autor(es/as): Fátima Fagundes Barasuol Hammarstron)**
CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL **(autoes(es/as): GIOVANNO RADEL DE VARGAS)**
EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRUBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS **(autor(es/as): Joamara Mota Borges)**
AVALIAÇÃO DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR **(autor(es/as): Jonas Eduardo Bianchin)**
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” **(autor(es/as): Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf)**
INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL **(autor(es/as): Valdir Jose Morigi)**
PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC **(autor(es/as): Vanessa Maria Ludka)**
RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS **(autor(es/as): yasmin viana ribeiro de Almeida)**
ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL:REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL **(autor(es/as): FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER)**

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental .Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henriquez Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL **(autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)**
HISTORIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMERICA LATINA **(autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)**
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE **(autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)**
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. **(autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)**
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR **(autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)**
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO **(autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)**
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA **(autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)**
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO **(autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)**
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL **(autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)**
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR **(autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)**
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL **(autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)**

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se "até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?" (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do "OUTRO", isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos sabres locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR **(autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)**
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA **(autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)**
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ **(autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)**
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC **(autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)**
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCA AMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ **(autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)**
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS **(autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)**
ABORDAGEM ETNOPEDOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR **(autor(es/as): Juliano Strachulski)**
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza **(autor(es/as): Milson Betancourt)**
Controversias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí.**(autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)**

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industrias e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição **(autor(es/as): Ana Cristina Schirlo)**
A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA **(autor(es/as): Clarissa Corrêa Henning)**
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL **(autor(es/as): Francisco Salau Brasil)**
PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL **(autor(es/as): Nilva Giane Trajano Gonçalves)**
O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA **(autor(es/as): Sigrid de Mendonça Andersen)**
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **(autor(es/as): Thierry Molnar Prates)**
Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado **(autor(es/as): Gabriel Ferreira carvalho)**
POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL **(autor(es/as): Isabel Jurema Grimm)**

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Álfio Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Horacio Machado Aráoz: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)
Arilson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)
Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA **(autor(es/as): Alan Ripoll Alves)**
DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA **(autor(es/as): BRENA DE CASTRO COSTA)**
CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGR**O**ECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO **(autor(es/as): Tereza Lopes Miranda)**
O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA **(autor(es/as): ELISANGELA FERREIRA MENEZES)**
CAMPONESES E RELIGIOSIDADE:A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO **(autor(es/as): RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA)**

Notas sobre a autora:

Autora: Sandy Rafaela Krambeck

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau.

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina.

Bolsista Capes

e-mail: sandykramb@yahoo.com.br

- Pesquisadora do Projeto: Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência em Blumenau/SC, convenio entre Fundação Universidade de Blumenau e Instituto de Pesquisas Sociais - IPS. Duração seis meses, 2001.

- Pesquisadora com bolsa de Iniciação Científica do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Fundação Universitária Regional de Blumenau, projeto Ecodesenvolvimento e Conhecimento Organizacional. 07/2002 à 07/2003. Pesquisa **premiada com Menção Honrosa** no II Fórum Anual de Iniciação Científica - FURB – Projeto convidado a expor na 11ª Jornada Nacional de Iniciação Científica realizada durante a 56ª reunião da SBPC em 06/2004 – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Cuiabá/MT. (Patrocínio PIBIC)

- Áreas de Interesse: Sociologia, Política Pública, Meio Ambiente e Gestão de Recursos Naturais.

Resumo:

Este artigo aborda o processo de criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí e a controvérsia gerada em torno da criação do parque, e procura abranger os diversos argumentos que as sustentam essas propostas. Para explicitar esses argumentos, o texto dividiu-se em quatro partes principais: na primeira parte, procuramos desenvolver a idéia sobre a construção social da natureza; na segunda procuramos entender porque a unidade de preservação – parque nacional - torna-se a melhor alternativa frente os problemas ambientais; na terceira parte, procuramos representar as diversas naturezas que permeiam a criação do parque nacional; e por fim, apresentamos algumas considerações finais. O objetivo é analisar os argumentos que sustentam, ou não, a viabilidade do parque, utilizando-se para isso, da visão que os atores sociais dos diversos campos técnicos e políticos lançam sobre a natureza. Por acreditar que as visões de natureza são desenvolvidas sob uma construção simbólica e material, argumenta que a criação desta unidade de preservação possa ser vista sob vários aspectos, e que esta é a questão chave para o desenvolvimento de políticas ambientais.

Palavras-chave: meio ambiente, parque nacional, ator social

CONTROVERSIAS SOCIO-AMBIENTAIS NA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

1 – O Emergência das Questões Ambientais nas Ciências Sociais

A Revolução Francesa e Industrial são marcos de transição do modo feudal para o modo capitalista de produção. Elas transformaram socialmente, culturalmente e tecnologicamente a Europa da época e impactaram no processo produtivo, incrementando a capacidade produtiva industrial. Neste sentido, e ao longo deste processo, o trabalho agrícola foi substituído pelo trabalho assalariado, a migração campo-cidade cresceu fortemente e as relações entre nações se intensificaram. Esta duas revoluções aconteceram, num primeiro momento, na França e Inglaterra sucessivamente, mas espalharam-se pelos outros países da Europa conseqüentemente.

O cenário era tão prospero em direção a superação das disparidades que se criaram politicas que legitimassem a igualdade entre os cidadãos (como o sufrágio universal) e proclamaram-se os direitos universais do homem (garantindo as condições mínimas de vida necessárias ao indivíduo) seguindo este mesmo impulso revolucionário.

Historicamente, enquanto discurso e prática, as Ciências Sociais surgem durante este período, ao longo do século XIX, impulsionada pela dupla revolução, e vai se desenvolvendo enquanto disciplina procurando explicar as transformações dramáticas da queda do velho regime e abarcar as novas características das sociedades. Desta forma, tentava estabelecer um conhecimento objetivo sobre a nova ordem social, baseando-se no empirismo, uma vez que, em seus primórdios, quanto mais exata fosse à ciência praticada, melhor era ela, tomando como base o modelo das ciências naturais.

> “Os programas políticos constituem apenas uma parte do que se precisa para tratar a “mudança normal”. Como os aludidos programas representaram propostas concretas, exigiram eles um conhecimento concreto das realidades vigentes. Precisaram, para resumir, da ciência social. Porque sem saber como o mundo

funcionava, era difícil recomendar o que se poderia fazer para levá-lo a funcionar melhor.” (Wallerstein, 2006, p.27)

Neste sentido, a criação das Ciências Sociais buscava explicar o processo de desenvolvimento da época, partindo do reconhecimento que este desenvolvimento teve inicio na Europa, a partir das Revoluções, em uma época em que estes países confirmavam o seu domínio mundial, este entendimento do modo como os países da Europa se desenvolveram expandiu-se virando referência mundial.

A preocupação com o Meio Ambiente surgiu com a mudança dos modos de produção da época moderna. Essa mudança ocorreu do meio rural com economia sem excedente, para o meio urbano onde a meta é conseguir o excedente para transformá-lo em lucro, juntamente, com processos internos das novas cidades industriais, ou seja, a nova gama de valores que passaram a ser característicos da sociedade mercantil capitalista, que trouxe consigo inúmeros desafios em relação aos fatores ambientais, que foram percebidos recentemente, a cerca de 70 anos, à medida que se esgota o modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista vigente.

Segundo Diegues (1996), a preocupação com a destruição do meio ambiente inicia com as mobilizações contra a destruição das florestas nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Na década de trinta esta mobilização volta-se também para a questão da desertificação causada pela mecanização extensiva da agricultura; na década de cinqüenta entra na agenda a questão da poluição atmosférica de regiões industriais. Na década de sessenta a destruição do meio ambiente atinge o grande público com a publicação do livro de Raquel Carson, “Silent Spring”, sobre o risco de contaminação da cadeia alimentar pelo uso de pesticidas e inseticidas na agricultura; na década de setenta a atenção se volta para os riscos relacionados à energia nuclear e logo após o desenvolvimento sustentável.

No início dos trabalhos acadêmicos de cunho ambiental a preocupação era dada ao valor estético da natureza, o homem deveria protegê-la para ter ambientes onde tivesse beleza e tranqüilidade para desfrutar. Nos Estados Unidos, na década de 70 todas as associações sociológicas já haviam destinado uma seção à sociologia ambiental. Foi também, a partir da década de 70 que a Sociologia Ambiental apareceu como disciplina nas universidades norte americanas. Na Europa, o movimento

ambientalista foi estimulado pela criação do partido verde, ou os “verdes” como eram chamados. Os verdes defendiam uma abordagem menos antropocêntrica, acreditando que o homem era um entre muitas espécies do mundo natural. Recentemente expandiu-se a atenção dos sociólogos para este campo. Esta abordagem vem produzindo analises importantes e principalmente promovendo o estudo das novas exigências ambientais contemporâneas.

> “O ambientalismo, surgido como movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transformando-se num capilarizado movimento multissetorial... Nos anos 70 havia duas posições polarizadas, a minoria catastrófica, pensava que era necessário parar imediatamente o crescimento econômico e populacional...; a maioria gradualista, pensava que era necessário estabelecer imediatamente mecanismos de proteção ambiental...” (HOGAN e VIEIRA, 1995, p.76)

Em meados da década de 80 figura-se uma nova realidade para estas entidades, o entendimento de que a crescente degradação ambiental é uma ameaça à saúde e ao bem-estar da população, mesmo assim, a visão da natureza ainda era referida em beneficio do ser humano. Ainda nessa época, um importante fato marca a história do movimento ambientalista, a realização da Assembléia da Organização das Nações Unidas (ONU) que criou, em 1983, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Comissão é um organismo independente, vinculado aos governos e ao sistema das Nações Unidas, mas não sujeito ao seu controle. As atribuições da Comissão têm três objetivos: reexaminar as questões críticas referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento, reformular propostas realísticas para abordá-las e propor novas formas de cooperação internacional nesse campo. Essa mesma comissão recebeu a missão de escrever um relatório com o diagnóstico e metas a serem alcançadas pela união dos países. Esse relatório recebeu o nome de Nosso Futuro Comum. Para esta comissão, Nosso Futuro Comum seria “a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em praticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais...” A estratégia do desenvolvimento

sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

2 – A Construção Social da Natureza

Durante a história da humanidade, as características atribuídas à natureza derivaram da imagem que as sociedades construíam a respeito desta mesma. Historicamente, pode-se perceber que a superação de antigos modelos de desenvolvimento e a criação de novas formas de se reger a sociedade está sempre ligada ao modo como o homem modifica o meio em que vive. O que difere este processo é a maneira que o homem percebe a natureza, esta percepção é gerada a partir das diferenças sociais e culturais de cada contexto histórico.

A natureza foi vista de inúmeras formas ao longo dos séculos. No mundo antigo, ela era vista enquanto um ser vivo, possuidor de alma, e os deuses se manifestavam através dela. No período feudal a natureza também era atribuída a Deus, apesar de não ter vida própria, era reconhecida com transcendental, pois derivava de Deus. Na renascença, com a visão mecanicista, a natureza passa a ser vista como um organismo, não tendo ligações com o divino, e funcionando por mera interação entre os demais corpos mecânicos. Hoje, figuram-se diversas crenças, tanto sobre a humanidade, quanto sobre a existência ou não de Deus. Seja qual for à crença, a questão ambiental assumiu um importante papel nas agendas de prioridades mundiais. O fato é que estamos à beira de uma situação limite, e que a menos que seja produzido uma pílula, ou qualquer outro material, que substitua a água, o ar, os alimentos e todos os outros elementos constitutivos da natureza, enfrentaremos sérios problemas de sobrevivência.

Garret Hardin (1968) já preocupado com o esgotamento dos recursos naturais cita que o mundo é finito é por esse motivo os recursos devem se tratados de tal maneira, e para haver um equilíbrio entre população e recursos naturais, o crescimento populacional deveria se igualar a zero. Partindo da preocupação com o crescimento populacional passa a desenvolver considerações sobre os recursos naturais de uso comum. Acredita que o uso irrestrito do recurso finito condena-o a superexploração e gradualmente a sua extinção.

> "[…]Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit—in a world that is limited. Ruin is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons. Freedom in a commons brings ruin to all." (Hardin, 1968, p.1244)

Ao longo da historia, a natureza sempre foi percebida fora da esfera humana, como elementos independentes um do outro, operando sob uma visão dualista, na qual o homem tende a apropriar-se das "coisas" naturais supondo ter uma vantagem sobre os outros seres vivos. Mesmo quando a visão do mundo se baseava em perspectivas teocêntricas o homem subjugava a natureza, e a própria Lei Divina legitimava esta ação, colocando o homem ao lado de Deus e desmerecendo os outros seres vivos, sendo estes criados para o uso dos homens. Com o mecanicismo, a explicação teológica dos fatos é descartada e só o que pode ser cientificamente provado passa a ter relevância. Deus não está mais na terra habitando todas as coisas, agora Ele esta no céu. Com a modernidade, a industrialização e a tecnologia, a natureza passa a incorporar, cada vez mais a noção de recurso e deposito de rejeitos, porque se configurava enquanto fator agregado para a promoção do desenvolvimento, funcionando em dois momentos: utilizada como matéria-prima para a fabricação dos bens de consumo que as indústrias produzem, e também enquanto deposito dos rejeitos oriundos das indústrias.

2.1 – O Vale do Itajaí

A colonização e a implantação da cultura européia em ambientes muitas vezes desfavoráveis e hostis, como no caso do Vale do Itajaí, trouxeram novas formas de convívio e novos práticas de apropriação dos recursos naturais. A colonização das terras tropicais do Brasil, neste caso a região do Vale do Itajaí, não se processou de forma metódica e racional, mas de uma vontade construtora e da energia do povo que aqui chegou. Neste processo de colonização, a natureza também assumiu significados distintos, que se concretizavam de acordo com o momento em que se encontrava a

sociedade local. De acordo com Mattedi, a visão de natureza no Vale do Itajaí passou por quatro diferentes períodos: “como dominante, como inimiga, como um estoque/depósitos e como um recurso.” (MATTEDI, 2001). Eles são caracterizados pelo autor da seguinte maneira:

No primeiro momento, quando os imigrantes desembarcam na região do Vale do Itajaí, percebem a natureza como ***dominante*** deste espaço. Depararam-se com uma região praticamente intocada, de florestas densas e fechadas, cercadas por vales intra-montanhosos e de difícil acesso.

Vencida a primeira barreira, quanto à chegada dos imigrantes, para a fixação nas terras do vale, a natureza passa a adquirir um novo significado, caracterizando - à como ***inimiga*** da sociedade local. Isto aconteceu devido as difíceis condições de se instalar na mata atlântica presente na região. Para construir casas, para abrir as lavouras e as pastagens, para abrir as vias de passagens, enfim, para as necessidades da sociedade que se instalava, era necessário vencer as barreiras impostas pela natureza, e essa barriras eram vencidas através da “limpeza” dos terrenos, retirando as plantas para facilitar e viabilizar a vida dos moradores da colônia.

Um terceiro momento se formou quando o processo de industrialização chegou à região, impulsionados pelo surto da industrialização européia. Neste sentido, a natureza passa a ser vista enquanto ***estoque e depósito***, pois servia como fator que impulsionava o desenvolvimento. Ela possui uma dupla função, a de extração dos recursos, como estoque de matéria-prima, mas também tem a função de depósito de resíduos provenientes das indústrias de confecção, o município de Blumenau se tornou pólo nacional deste tipo de indústria.

O quarto momento caracteriza a natureza enquanto ***recurso***. Com o surgimento da problemática ambiental, passa-se a perceber a natureza relacionada à vida humana, o contrário do que se via anteriormente. Neste sentido, acredita-se que o desenvolvimento está intimamente ligado a proteção do meio ambiente. Este aspecto é remanescente da idéia de desenvolvimento sustentável e tem como prioridade a preservação da natureza para as presentes e futuras gerações.

Os imigrantes do Vale do Itajaí trataram de modificar a natureza conforme suas necessidade, visto que, esta região era de difícil exploração. Neste processo de desenvolvimento, a natureza criava uma situação inversa, retomando parte do que lhe foi

tirado durante o processo colonizador, principalmente através das enchentes, peculiaridade tão comum desta região, que se sucederam durante toda a história do Vale do Itajaí. O desenvolvimento desta região objetivava realizações que trouxessem melhorias as comunidades locais, entretanto, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento trouxe as melhorias, resultou também em problemas ambientais que desde o início da colonização preocuparam os imigrantes.

Um outro fator que originou os impactos ambientais foi à rapidez que caracterizou o processo de colonização do Vale do Itajaí. Este processo é decorrente das relações dos imigrantes com o meio ambiente da região. Com o aumento do desenvolvimento pela implantação das indústrias e pela urbanização, o empecilho causado pela natureza já não era problema, conseguia-se modificar todo o espaço com os grandes lucros gerados através das indústrias têxteis.

Mas, com o novo paradigma ambiental que se formou mundialmente, devido ao esgotamento dos recursos naturais e os riscos provenientes do incremento e da manutenção do desenvolvimento, a natureza passa a ser percebida de forma diferente. Isto acontece também no Vale do Itajaí. A primeira cidade da região a apresentar uma proposta governamental para o Meio Ambiente foi Blumenau. Hoje, funciona a Fundação de Amparo ao Meio Ambiente - FAEMA, que anteriormente era conhecida como Assessoria Especial do Meio Ambiente. Este órgão acredita na natureza como bem público, e procura regulamentar e acompanhar os processo ambientais da cidade. A cidade de Blumenau foi também a primeira a produzir uma agenda de preocupações e metas ambientais aos moldes do desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 na região.

Neste sentido, e depois de muitos anos, com o percebido desgaste do ecossistema local, começa-se a dar importância à natureza enquanto fator preponderante para a existência do homem. Essa atitude reflete um fenômeno global que em escala regional se revela inovador, ao mesmo tempo em que percebemos sua influência durante toda a história da região

3 - A Questão dos Parques Nacionais

Uma destas ações, que é o objeto de estudo deste trabalho, vem sendo defendida pelos movimentos ambientalistas. Esta ação é a tentativa de criar espaços intocados de florestas através de reservas naturais, no caso, parques nacionais, para que, dessa forma, seja possível reverenciar e admirar a natureza. Procuramos entender aqui, como se procede a escolha de uma determinada estratégia de controle ambiental, ou seja, porque optar, neste caso, por um parque nacional, em detrimento de outras possibilidades. Diante de muitas formas de contenção dos problemas ambientais, como se forma a idéia de que os parques nacionais são a melhor escolha para proteger a natureza.

Os Parques Nacionais são extensas áreas de terra ou de água que preservam amostras do ecossistema, estes parques são abertos à visitação pública e são muito importantes para potencializar a pesquisa científica. Difundiram-se pelo mundo após sua implantação nos Estados Unidos, e os países de Terceiro Mundo estão adaptando-se a este modelo. A criação do primeiro parque nacional do mundo foi em meados do século XIX, nos Estados Unidos, e foi chamado de Yelowstone, foi o resultado de idéias preservacionistas. Diegues critica a transposição do modelo norte-americano de parques nacionais para outros países, principalmente os de Terceiro Mundo, quando afirma:

> "È fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yelowstone de parques nacionais sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas foram e continuam sendo habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas... Resultando na "crise da conservação." (DIEGUES, 1996, p.37)

Vivemos num sistema mundial complexo, o global e o local se distanciam e se aproximam, se diferenciam e se igualam, de certo modo, podemos pensar num relógio mundial e um relógio local. Um tempo-espaço compartilhado por todos, e um tempo-espaço singular, historicamente definido, que abarca as particularidades locais e é resultado de um processo histórico individual.

Com a questão ambiental o mesmo processo que ocorre nas Ciências Sociais acontece. Um dos primeiros esforços na construção de um novo paradigma ambiental no Brasil foi a tentativa de implantação no Brasil do modelo de parques nacionais oriundo dos Estados Unidos da America.

Quando se fala em implantação de um parque nacional, observam-se duas questões pouco exploradas que envolvem esta forma de controle ambiental, e que prejudicam a adaptação deste modelo. A primeira delas seria que países de Terceiro Mundo vivem em realidades completamente diferentes dos países de Primeiro Mundo; e em segundo, lugar deve-se levar em consideração a situação de cada país, pois cada um deles possui suas particularidades. Não se criando formas que contemplem as aspirações locais acabam-se gerando conflitos e dificultando o funcionamento destes parques.

> "Ora, a visão de parques nacionais oriunda dos Estados Unidos não se deu conta dessas particularidades extremamente importantes e considera que toda a sociedade é urbano-industrial, cuja relação com a natureza é marcada pela destruição e não pelo respeito. Isso se deu em parte, pelo fato de nos Estados Unidos, ao final do século XIX, o capitalismo ter-se tornado o sistema dominante e as culturas indígenas terem sido desorganizadas, particularmente durante a conquista do Oeste." (DIEGUES, 1996, p. 79)

Na verdade, essa concepção dos parques nacionais como uma natureza selvagem e inalterada pelo homem não se sustenta cientificamente. Parece haver por parte de alguns movimentos ambientalistas preservacionistas, uma visão mista entre ciência e mito, pois, não se pode pensar nestes espaços intocados hoje, com todas as descobertas cientificas e tecnológicas, não existe partes do planeta que não sofreram alteração com a degradação ambiental global.

No Brasil, história dos Parques Nacionais inicia-se em 1937, com a criação do primeiro destes em Itatiaia. Contudo, já em 1916, havia um projeto governamental de se

criar um decreto para a desapropriação da área em torno das Cataratas do Iguaçu, no Oeste do Estado do Paraná, com o objetivo de se criar um parque. Em 1939, O Parque Cataratas do Iguaçu foi finalmente oficializado, hoje é reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

> "Os primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e remontam a 1958, data de criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Mas a escassa importância de seu desempenho no espaço público traz para os anos 70 o processo de constituição do ambientalismo brasileiro, quando começa a configurar-se propostas provenientes tanto do Estado como da sociedade civil... A profundidade das mudanças modernizadoras dos anos 70 brasileiros explica inclusive o maior espaço de atenção que aqui tiveram novas questões ambientais... Constituído por associações ambientalistas e agências estatais do meio ambiente." (HOGAN e VIEIRA, 1995, p.81)

Houve um grande impulso à criação de unidades de conservação entre 1970 e 1990, nestas duas décadas criaram-se 69 parques. Este grande número ocorreu principalmente, pelo aumento da preocupação mundial, pela rápida devastação das florestas brasileiras e pela perda da diversidade biológica.

> " A expansão do numero de parques nacionais foi bastante lenta, e apenas em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso. Em setembro de 1944 pelo Decreto nº 16.677, atribui-se à seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, criado em 1921, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os parques nacionais, como também se estabeleceram os objetivos dos Parques Nacionais: conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob a jurisdição,

> promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões, organizar museus e herbários regionais.” (DIEGUES, 1996, p.114)

Em se tratando de parques nacionais, a maior parte da população desconhece suas verdadeiras funções, desta forma dificilmente consegue-se apoio da comunidade local para a criação destas áreas. Para ultrapassar essa barreira e incorporar a sociedade civil nos processos ambientais, surgem atores que possibilitam a conscientização e a divulgação destas idéias. Nesta perspectiva, as universidades têm função de difusão dos estudos interdisciplinaridade. Dessa forma, essa questão não deve limitar-se a uma única área do saber, e sim envolver várias áreas, como por exemplo, a biologia, a sociologia, a economia, a antropologia entre outras.

Na busca de respostas para o empate homem X natureza, a escolha deste objeto de estudo torna-se opção na realidade do Vale do Itajaí. Partindo de um estudo mais amplo sobre o nascimento do problema natural, buscamos na sociologia argumentos que validem a natureza enquanto um fenômeno social.

Muitas vezes as populações tradicionais[1] são expulsas destes espaços implantando-se neles grandes projetos para aproveitar os recursos naturais, como por exemplo, no caso de usinas hidroelétricas, ou o que causa mais conflitos, quando estas áreas passam a servir como locais turísticos e tornam-se bons lugares para investimentos imobiliários.

> “O que tem ocorrido com maior freqüência é a “tragédias dos comunitários”, que são expulsos de seus territórios tradicionais em conseqüência da hegemonia exercida pela grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos de desenvolvimento.” (WEBER e VIEIRA, 1996, p.409)

A preocupação com as populações tradicionais gerou polêmicas recentemente aqui no Brasil. Hoje em dia, algumas regiões discutem sobre a conservação integrada à

sociedade, o que demonstra a procura por novos caminhos na questão de conservação que considerem os habitantes locais parte do processo.

As populações tradicionais são entendidas aqui como portadora de uma cultura que é intimamente dependente das relações de produção e de sobrevivência de um determinado local. Possuem um conhecimento da natureza para construção do seu modo de vida. Tem uma vinculação fortíssima com o território, ocupando-o por varias gerações e possuindo relação de subsistência no local parcial ou total nestes locais.

As características do desenvolvimento da região do Vale do Itajaí contribuíram para a construção dos problemas ambientais da região. A colonização predatória, a industrialização derivada do surto do desenvolvimento industrial europeu e a urbanização como conseqüência do aumento da densidade demográfica das cidades, ditaram a formação da área que compreende a região. Somente nas últimas três décadas, devido ao aumento da importância das questões ambientais no mundo e da criação de instituições governamentais e não governamentais locais, percebe-se a natureza interligada as questões humanas, e não separada delas como se pensava anteriormente.

> "A colonização do Vale do Itajaí, bem como os primeiros desenhos das redes viária e ferroviária e a estruturação das redes urbanas, teve origem a partir do eixo fluvial de penetração formado pelo Rio Itajaí-Açu, posteriormente substituído pelas rodovias SC – 470 e BR – 470." (SIEBERT, 1996, p.53)

Neste aspecto, a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí é conseqüência deste aumento de cuidados que visa a preservação do meio ambiente. A análise das controvérsias existentes nesta situação são reflexos das relações entre o ser humano e o meio em que vive. Neste sentido, procuramos entender porque a criação do Parque se tornou um problema, e quais os interesses envolvidos nesta questão.

4 – Contrapontos da Discussão

Do ponto de vista dos atores a favor da criação do parque podemos destacar os seguintes pontos que sustentam o argumento:

- Em cem anos, se viu uma destruição dos recursos naturais como nunca foi visto antes. Por este motivo acredita-se que a preservação é um modo de garantir o presente e o futuro das gerações. Segundo o entrevistado Lauro Eduardo Bacca, ambientalista:

> "O meio ambiente como um todo, viveu sempre em harmonia, e não é agora que ele vai depender de nós para ajuda-lo. Tudo o que está aqui, toda a nossa sobrevivência, tudo o que nós somos, foi evoluindo dentro deste ambiente. E o que está acontecendo hoje? Este ambiente está sendo reduzido a fragmentos, áreas, superfícies, cada vez menores. O ambiente natural e os espaços antropofizados estão aumentando cada vez mais , o que sobrou agora? Os últimos fragmentos de ecossistema, que felizmente acordamos, para dar tempo de salvar o que é possível destes fragmentos."

- A sustentabilidade do Planeta, envolvendo o homem e as demais espécies, depende de uma correta interação entre as partes.

- A área destinada a esta Unidade de Preservação é uma boa oportunidade de criação de um Parque Nacional, devido a baixa densidade demográfica, menos de 0,3 hab/Km2. Existe hoje cerca de doze famílias que residem na área destinada ao parque, e este número é muito baixo se comparado com outros parques criados no Brasil. As demais propriedades da região são utilizadas como fonte de renda para seus proprietários, na extração de madeira e palmito ou como sítios e fazendas.

- O solo impróprio para agricultura e urbanização, também garantem a facilidade em se preservar o espaço. Principalmente pela área ser constituída por inúmeras montanhas, a utilização para agricultura em larga escala torna-se inviável.

- As Leis já existentes garantem a preservação de topos de morros, encostas e nascentes de rios, também contribuem para a preservação, visto que, compõe grande parte da área destinada ao parque.

- A transformação do local em Unidade de Preservação, neste caso, um Parque Nacional, demandará baixo custo, devido ao pequeno número de famílias, indústrias e empresas presentes na região e nos arredores. Como já foi mencionada, a densidade demográfica do local é muito baixa, o que demandará um valor menor para as indenizações das terras, visto que, existem poucos imóveis no local.

- A enorme biodiversidade implica em consolidar a área como própria para a preservação e para o estudo científico. A preservação do bioma de mata atlântica será de grande importância, visto que, muitos exemplares de plantas e animais só existem neste local. Segundo a entrevistada Anja, da ONG Esquilo Verde:*"...* Só se optou pelo Parque Nacional, realmente, por causa da relevância ecológica e da biodiversidade que tem na área, não foi assim, á toa que se escolheu".

- Os lençóis de água da região tem capacidade para abastecer 2 milhões de pessoas. Quando pensamos no valor da água, estamos sujeitos à experiência local. O estado de Santa Catarina é contornado pelo Oceano Atlântico de norte a sul, no Vale do Itajaí encontramos um grande lençol de água, por isso pouco sofremos com escassez do planeta. Se pensarmos globalmente, veremos que o que para nós é comumente desperdiçado no Oriente vale ouro.

No contraponto surge um grande número de atores sociais contra a implantação do Parque Nacional, as indicações que sustentam o argumento são:

- A discordância com a forma de implantação do Parque, pela falta de interação entre as partes, inclusive com a maior parte das pessoas desconhecendo os limites e a parte conceitual. Segundo Jorge Luís Bonamente, Coordenador do Núcleo de Estudos Ambientais da Unifebe:

> "Só para exemplificar, em 2001 o Parque tinha seus limites abrangendo a cidade de Brusque e em 2003 o Parque estava bem

distante do município, mas nenhuma discussão foi travada com a comunidade brusquense. Além disso, não foram discutidos suficientemente a opção das APA's e RPPN's como forma de tangenciar a questão do terreno público (normalmente entendido como terra de todos ou de ninguém), versus terrenos privados, onde o dono normalmente tem maior vigilância."

- Falta de esclarecimento a os proprietários abrangidos, de como se dará o processo de implantação do Parque. Sobre as questões de indenização. Nada foi indicado sobre valores e prazo de pagamento das indenizações.

- Falta de informação sobre os recursos de manutenção do futuro Parque. Os envolvidos descrevem a preocupação sobre a arrecadação de fundos financeiros que servirão para a manutenção do parque.

- Falta de participação da comunidade no processo. Não por falta de interesse, mas por falta de ocasiões. Por este mesmo motivo, o juiz Edilberto Barbosa Clementino, suspendeu o decreto de criação do parque. O problema se constitui pela falta de discussões para esclarecimentos, argumenta-se que pouco foi feito a este respeito.

- Os proprietários têm medo de saírem de suas terras e não serem indenizados pelo poder público. Como já aconteceu em outras ocasiões. Dois exemplos para serem citados são: o caso dos índios da reserva indígena de Ibirama, onde o processo de indenização demorou muitos anos, e também temos a experiência do Parque Nacional de São Joaquim, onde muitos ex-moradores não foram indenizados ainda.

- Há propriedades que foram adquiridas através de posse, os chamados posseiros, que não tem prova para comprovar a aquisição da propriedade e sabem que não serão indenizados. Esta informação é extra-oficial, pois a pessoa não quis ser identificada. Afirma que existem propriedades tomadas que servem como áreas de produção de madeira para reflorestamento.

- Proprietários vivem nas terras por várias gerações, e retiram seu sustento dela. O Sr. Martim Molinare, proprietário de terras no Faxinal do Bepe em Indaial, conta sua história de vida, salientando que chegou à região com seus pais, recebeu as terras de herança, juntamente com seus irmãos, e hoje seus filhos trabalham nela. São três gerações vivendo neste mesmo local.

- Um dos principais argumentos contra a transformação da área em Parque é a responsabilidade de manutenção da área que passará das mãos dos proprietários para os órgãos públicos. Acredita-se que não haverá fiscalização suficiente. Segundo Rolf Giseler, Engenheiro Florestal: “Enquanto tem proprietários eles impedem o roubo de palmito, claro, eles roubam também, mas sempre existe alguém. Depois que virou público, virou uma zoeira.”

5 - Principais Resultados

A natureza vista como um problema de ordem social é fruto recente na história da humanidade. Com a busca pelo desenvolvimento tecnológico e a visão centrada no fator econômico, a natureza não consegue se renovar ante os danos sofridos. A sociologia começa a se interessar pelos fenômenos sociais a cerca de três décadas atrás. O homem passa a ser visto como parte integrante do meio ambiente, anteriormente o homem se achava exterior e superior à natureza. Podemos pensar a natureza de diversas formas, os Parques Nacionais são apenas uma entre várias outras ações que tentam resolver os problemas ambientais.

Quando os primeiros colonizadores chagaram ao Vale do Itajaí depararam-se com uma mata densa e vales cercados por grandes montanhas. Dessa forma, a primeira impressão da natureza foi o fato de ser dominante, e o primeiro impulso foi o de vencê-la, passando a ser vista como inimiga. Quando inicia o processo de industrialização e urbanização a natureza passa a ter um caráter de depósito de materiais e de estoque de matéria prima e combustível. Com o incremento do poder público da região e a criação de novas organizações por parte da sociedade civil, surgem novas propostas de desenvolvimento para a região. A partir deste momento começa-se a pensar em novas formas de relação entre o homem e o meio ambiente.

Com o desgaste do Meio Ambiente é necessário criar medidas que contenham a degradação. O mais impactante para a região foi à escolha desta Unidade de Conservação, um Parque Nacional em detrimento de outras possibilidades. Porque um Parque Nacional seria o mais viável? Dentre os argumentos favoráveis à criação do Parque, o mais relevante seria a conservação da biodiversidade e o potencial hídrico e pela baixa densidade demográfica. Por outro lado, as ciências sociais não podem deixar de levar em consideração as famílias existentes na área, que preservam em mitos e símbolos derivados de suas vidas naquela região, para eles, a terra é vista como um lar e também como provedor de seu sustento. Sabe-se que estas famílias não são estáticas, elas se multiplicam por meio de seus descendentes. A possibilidade de permanência no local, em longo prazo, significaria um aumento considerável na densidade demográfica, ocasionando uma maior ocupação e depredação da área.

Pelo potencial natural da área, pela baixa densidade demográfica, pelos solos acidentados e pelas leis já existentes, que garantem a preservação das encostas e topos dos morros e das nascentes, por todos estes fatores acredita-se que é viável a criação desta Unidade de Conservação – Parque Nacional. Isso, desde que sejam respeitados os direitos garantidos na proposta de criação do parque e na legislação dos Parques Nacionais, bem como, um trabalho mais abrangente de divulgação e conscientização para os interessados e para a população local.

Referência Bibliográfica:

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da natureza Intocada**. Ed. HUCITEC. 2ª ed. São Paulo, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Nosso lugar virou parque**: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati-Rio de janeiro. 2ºed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento**. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

MATTEDI, Marcos Antônio. Notas sobre as visões de natureza em Blumenau: mais um capítulo da trágica historia do sucesso humano. **Revista de Estudos Ambientais**. v. 3, nº 1, 29- 39, jan/abr 2001.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB, 1996.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento:** Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social**: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida/São Paulo: Idéias & Letras, 2006 (Coleção caminhos da globalização e as ciências sociais). PP: 09-49/ 265-312.